

“EU COMPREI UMA BANDEJA... LEVO O CAFÉ DELE NA CAMA...”:

A relação entre afetividade e servidão doméstica

GT11: Gênero, Desigualdade e Cidadania.

Ms. Geice Lima
Dr^a Belmira Magalhães

A presente comunicação parte dos resultados de pesquisa qualitativa realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Gênero e Emancipação Humana (CNPq), que investigou a rotina de mulheres esposas de trabalhadores do corte da cana-de-açúcar no estado de Alagoas - nordeste do Brasil (PIBIC/CNPq/ICS-UFAL, 2009-2010). O recorte analítico neste momento parte da relação entre afetividade e servidão doméstica, que entendemos ser um mecanismo propulsor à manutenção da “servidão voluntária” (Hirata, 2004). As mulheres entrevistadas relataram um cotidiano regulado pelo tempo da indústria da cana, através do trabalho de cuidado, o *care* (Hirata, 2010), para a reprodução do trabalhador e do futuro trabalhador (Magalhães, 2005).

Palavras-chave: Afetividade. Trabalho Doméstico. Capitalismo.

Introdução

Como explicar o fato de em praticamente todas as sociedades industrializadas do Ocidente constatar-se o crescimento da participação feminina no trabalho de mercado, o aumento de sua escolaridade, mas, ao mesmo tempo, a manutenção de uma “servidão voluntária”, como denomina Hirata (2004)?

O índice das mulheres “economicamente ativas” cresce no Brasil, ocupando novos lugares, porém mantendo lugares muito antigos. Nos últimos anos houve um aumento expressivo da chefia feminina na atual estrutura familiar: passou de 0,8% em 1992 para 9,4% em 2009 (CEPIA & ONU Mulheres, 2011, p. 145). Mas também em 2009 constatou-se que 90% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais de idade afirmaram realizar tarefas domésticas, comparados a 50% dos homens. Em média, as mulheres ocupam 22 horas semanais com a atividade doméstica não remunerada, enquanto a média masculina é de 9,5 horas (IPEA nº 149, 2012, p. 4). Além desses dados quantitativos precisamos atentar para a qualidade do trabalho desempenhado por homens e mulheres para o espaço doméstico.

Paralelamente, as mulheres ocupam apenas 30% do contingente empregado com carteira assinada, ao passo que a remuneração no trabalho de mercado continua com enorme disparidade: em 2009, o rendimento mensal feminino equivalia a 70,7% do masculino, diferença agravada no mercado informal, atingindo 63,2% (com destaque para a desigualdade de cor/etnia, em que cerca de 60% dessas mulheres ocupadas em atividades econômicas informais são de cor parda ou preta) (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 251-254).

Pesquisa do Data Popular e da SOS Corpo, realizada em dezembro de 2012, traz dados que nos induzem a fazer um breve balanço da última década no tocante à tensão entre autonomia feminina e família, e a mediação do Estado, do ponto de vista da regulação do tempo da reprodução social. A pesquisa apontou a dificuldade que as mulheres, com trabalho remunerado, encontram para conseguir vagas em creches.

Conforme dados atuais colhidos por outras pesquisas, 63% das mulheres entrevistadas pelo Data Popular e SOS Corpo concordam com a afirmação de que “as mulheres sempre ganham menos do que os homens”. Apontam haver um conflito entre a margem de autonomia possibilitada pelo trabalho remunerado e o afastamento das responsabilidades com o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos para a efetivação dessa autonomia. A coerção social advinda dessa responsabilização é expressa pela seguinte constatação da pesquisa: 59% das mulheres da chamada classe D, 37% da classe C e 32% da classe AB afirmaram estar de acordo com a seguinte assertiva: “se eu pudesse, eu pararia de trabalhar para cuidar da casa”. Esse dado indicou uma relação mais estreita entre pobreza econômica e anseio feminino por dedicação ao espaço doméstico e aos filhos, e ainda, um índice relevante dessa vontade entre mulheres com melhores condições econômicas. O que pode explicar essa relação?

Vivemos um processo de individuação feminina bastante conflituoso, operado numa tensão entre determinadas margens de autonomia que deságuam em contradições fundantes do mundo moderno. Observamos que tais contradições têm sido intensificadas na contemporaneidade, mormente na relação entre ideologia patriarcal e regime político neoliberal, “tanto pela manutenção de um trabalho gratuito (por mais que mudanças tenham ocorrido) como pelo rebaixamento do salário feminino na produção direta” (MAGALHÃES, 2005, p. 36): por que o trabalho doméstico é e continua a ser realizado no interior da família e do casal, gratuita e "voluntariamente" pelas mulheres?

Parte da resposta a essa questão, como não poderia deixar de ser, remete-nos à lógica do capitalismo e suas relações patriarcais reproduzidas principalmente pela família e pelo Estado, bem como pelo conjunto da sociedade. Assim, partimos do conceito de divisão sóciosexual do trabalho (ANTUNES, 2007), por articular gênero e classe, aditando-o sentido encontrado na sociologia francesa, que conceitua essa divisão como um *systeme* (HIRATA, 2011, p. 40).

E, como nos aponta Hirata (2004), a questão também se encontra relacionada ao modo como a ideologia constrói os “modelos psico-afetivos da dominação”, que foi pouco explorada pelos sociólogos. Ou seja, as noções de "servidão voluntária", de "consentimento" à dominação, assim como a convocação do "sentimento amoroso" são heurísticas para pensar o lugar dos afetos na reprodução da servidão doméstica. Compreendemos que a naturalização ideológica dos aspectos sociais da maternidade guarda centralidade explicativa da práxis em que funcionam essas noções.

1 – Trabalho e servidão doméstica

Ricardo Antunes (2012), citando Mészáros (2002), afirma que o capitalismo foi o primeiro modo de produção a criar uma lógica que “independe das reais necessidades autorreprodutivas da humanidade”, por fundar um sistema de auto-valorização descolado de uma lógica própria da reprodução social, subvertendo-a às suas necessidades produtivas, autônomas de qualquer demanda de sustentabilidade humana (ANTUNES, 2012, p. s/n).

Uma vez que esse modo de produzir alcança necessidades de desenvolvimento cada vez mais expansivas, que resposta histórica essa relação elementar dará para o âmbito da reprodução social? Essa questão traz consigo o pressuposto teórico-metodológico de que cada modo de produzir configura também tipos sociais de reprodução social que o acompanham em suas especificidades históricas. Portanto, precisamos recorrer minimamente à história para visualizar como a relação produção/reprodução se põe na transição em que emergem as relações sociais modernas.

O princípio das relações de produção/reprodução da Idade Média, o chamado “sistema familiar” (HUBERMAN, 1967, p. 125), consistia em que o espaço da casa compartilhava o espaço da produção, sistema este que conviverá com o surgimento do “sistema de corporações” presente durante todo o feudalismo.

Desenvolve-se a produção artesanal para a venda, não mais apenas dos produtos, mas também

do trabalho. Surge a mercadoria força de trabalho, e com esta o sistema fabril e o princípio histórico da produção de mercadoria para a transformação do excedente em capital.

Emerge, então, um novo conceito de produtividade: uma produtividade relativa, que repõe um valor precedente e também cria um novo valor, materializando mais tempo neste último. Tal produtividade só pode ser garantida pelo trabalho assalariado. Para o indivíduo que “paga o salário”, o capitalista, o valor de uso do trabalho consiste em, como afirma Marx, “restituir quantidade de tempo de trabalho maior do que a que pagou na forma de salário”. Esse é o fundamento último do conceito de produtividade do ponto de vista da relação capital: produzir para o comprador da força de trabalho, gerando um valor pela renda que lhe foi paga e um valor a mais.

Esse é o sentido da indústria moderna. Só é possível a produção de excedente, sua acumulação e crescimento, por meio da divisão do trabalho baseada na indústria especificamente burguesa. Opera-se a cisão entre trabalho manual e intelectual, uma vez que os meios de se produzir se separarão cada vez mais de quem produz (lembremo-nos do mestre artesão em meados da Idade Média). Tal cisão acompanhará a formação do espaço urbano, que é antecedido pela oposição campo e cidade. As cidades se formam em torno dos espaços construídos exclusivamente para a produção de mercadorias. Surge a concepção do espaço da casa como um lugar cada vez mais separado da produção: o lugar da reprodução da prole, do descanso, dos cuidados necessários à reposição mínima da energia do trabalhador.

Quais seriam as especificidades da divisão sociossexual do trabalho no capitalismo, tanto produtiva, quanto política? Recorremos à compreensão histórica recente:

“É um paradoxo da industrialização do século XIX que ela tendesse a aumentar e aguçar a divisão sexual do trabalho entre o trabalho doméstico (não remunerado) e o trabalho (remunerado), ao privar o produtor do controle sobre os meios de produção. **Na economia pré-industrial ou proto-industrial** (lavoura campesina, produção industrial, pequenos comerciantes, indústrias domésticas, trabalho subcontratado etc.), **o trabalho doméstico e a produção eram geralmente uma unidade singular ou combinada, e embora isto significasse que as mulheres (...) trabalhassem excessivamente** – já que faziam a maior parte do trabalho doméstico e participavam do resto do trabalho –, **elas não estavam confinadas a um só tipo de trabalho**. De fato, na grande expansão do “pronto-industrialismo” (indústria doméstica) (...), **os processos produtivos reais atenuavam ou mesmo aboliam as diferenças no trabalho entre homens e mulheres, com efeitos de longo alcance nos papéis sociais e sexuais e nas convenções dos sexos.**” (HOBSBAWM, 2008, p. 134, grifo nosso)

De modo que as relações patriarcais estabelecidas pelas necessidades da apropriação privada dos meios de produção foram aguçadas nas relações de mercado capitalista, já que impeliam as mulheres à conciliação entre trabalho doméstico e trabalho de mercado. Assim, a relação entre participação feminina no trabalho de mercado e servidão doméstica é uma via de mão dupla, em que a intensificação da primeira não significa necessariamente a inflexão da segunda.

A absorção da mão de obra feminina na indústria têxtil, por exemplo, no auge da Revolução Industrial não reverteu a tendência geral da industrialização do século XIX de fazer do casamento e da família “a carreira principal da mulher da classe trabalhadora que não fosse forçada pela total pobreza a assumir outra atividade”, segundo Hobsbawm (2006, p. 9)

A industrialização do século XX, principalmente a partir da década de 70, produziu a ambiguidade de absorção massiva da mão de obra feminina, mantendo, em geral, as atividades de reprodução do trabalhador e do futuro trabalhador como responsabilidade feminina. Fenômeno mais claramente observável do ponto de vista da divisão internacional do trabalho, quando verificamos os

limites sociais e políticos que desenham a reprodução do sujeito que trabalha nas regiões que se encontram à margem dos grandes centros do capitalismo globalizado.

A ideologia patriarcal reproduzida dentro da própria classe trabalhadora auxiliou na intensificação desse fenômeno no final do século XIX, e mais fortemente até meados do século XX. A combinação desses elementos, consubstanciados “tanto pelo medo da concorrência econômica”, quanto pela “manutenção da ‘moralidade’” patriarcal, construiu no movimento operário uma tradição de marginalização da presença feminina nos sindicatos e mobilizações. Isso se contrapunha fundamentalmente aos movimentos de operárias oriundas de setores onde se faziam presentes massivamente – seu lugar de presença perene acabou por manter-se no papel convencional de “esposa, mãe e dona-de-casa de trabalhadores” (HOBSBAWM, 2008, p. 135-138).

Em *Notas sobre o trabalho doméstico*, Ávila (2007), citando Scott, registra que a história de separação entre lar e trabalho “conceitualizou o gênero como uma divisão sexual do trabalho natural”, de modo que “a própria noção de feminino (...) constrói-se em uma relação direta com o trabalho doméstico” (2007, p. 1). A presença das mulheres no mercado de trabalho, desde a Revolução Industrial, foi tratada “como uma ausência do espaço ao qual estavam ‘destinadas’” (2007, p. 1). E, citando Kergoat, discute o conceito de trabalho doméstico: trata-se de uma forma concreta que toma o trabalho reprodutivo designado para o grupo das mulheres em uma sociedade assalariada, sendo funcional e integrado ao modo de produção capitalista.

Dois economistas da Universidade de Paris, Rizavi e Sofer (2008), apresentaram dados coletados em dez países da União Europeia sobre trabalho doméstico e a organização do tempo dos casais (levantamentos realizados em 2004), inferindo a seguinte regularidade: as mulheres se encarregam de uma proporção que varia entre 60% e 66% do trabalho doméstico. A França é apontada como o país menos igualitário na divisão por gênero do tempo doméstico, tomando 65% do tempo feminino (RIZAVI & SOFER, 2008, p. 116-117).

A possibilidade de partilha mais equilibrada do tempo doméstico não diz respeito necessariamente a uma divisão do tempo dos afazeres, e isso independe da aparelhagem doméstica e dos serviços externos, públicos ou privados, que possam ser acessados pelas famílias. Tais acessos são importantes para permitir às mulheres terem cada vez mais seu tempo liberado do mundo doméstico e estarem disponíveis para a vida pública. Contudo, a especialização por gênero permanece em questões sumamente importantes no que tange ao enraizamento de uma divisão sociossexual do trabalho, sempre ligada aos fundamentos da cultura patriarcal: “(...) das mulheres, no que diz respeito à roupa e à cozinha, e dos homens, nos consertos, na reparação ou na manutenção do carro, por exemplo. Apenas algumas tarefas, como as compras ou a jardinagem, ou, em menor medida, a cozinha, são partilhadas de maneira mais igualitária” (RIZAVI & SOFER, 2008, p. 116).

Em documento lançado em 2011 pela ONU Mulheres e pela CEPIA (Cidadania, estudo, pesquisa, informação e ação) – *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010* – Bruschini ressalta que os dados mais recentes “evidenciam uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho quanto para a família”; por consequência, “do ponto de vista das políticas públicas, um dos maiores desafios dos novos tempos no Brasil é promover a articulação entre família e trabalho”.

A primeira contradição perdura: “se o dia tem 24 horas para todas as pessoas, torna-se muito difícil para as mulheres ampliarem a contento sua jornada de trabalho remunerada se continuarem a se dedicar ao trabalho não remunerado como hoje o fazem” (2012, p. 13).

O *Anuário das Mulheres Brasileiras*, apresentado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) em 2011, tem seu terceiro capítulo dedicado ao *Trabalho Doméstico – Trabalho doméstico não remunerado e uso do tempo* (2011, p. 165). A primeira tabela de dados estatísticos (Tabela 79, p. 167) mostra que a diferença de tempo de trabalho doméstico semanal entre as mulheres consideradas “Economicamente Ativas” e as “Não Economicamente Ativas” é de

apenas cinco horas. As “Não Economicamente Ativas” negras e não negras trabalham, em média, a mesma quantidade de horas. As “Economicamente Ativas” negras trabalham quatro horas a menos, e as não negras, seis horas a menos.

Como salienta Dedeca (2004), mesmo nos países que possuem políticas sociais de caráter abrangente, como horário integral em escolas e creches, persiste a desigualdade no uso do tempo para a reprodução social, de homens e de mulheres. Ao refletir sobre o problema do uso do tempo o autor aborda a dimensão de gênero por compreendê-la como “central na gestão do uso do tempo na sociedade capitalista” (2004, p. 22). Atenta para a atualidade e o nível da discussão em torno da questão, e ressalta:

“[...] inquestionável que o debate sobre o uso do tempo no capitalismo do século XX não mais permite identificar o tempo não criador de valores de troca como tempo doméstico. O papel cumprido na reprodução social, no âmbito das famílias e domicílios, articula-se ao tempo econômico para a acumulação capitalista. Um não se processa sem o outro, causando sistematicamente pressão sobre o tempo livre da população.” (DEDECA, 2004, p. 25)

O autor defende, desse modo, que o tempo do trabalho doméstico seja conceituado como *tempo para a reprodução social*, dimensão fundamental para a resolução de problemas da acumulação capitalista. A relação imediata que temos é entre jornada de trabalho na produção e tempo socialmente gasto para a garantia da reprodução social. Nesse sentido, o uso do tempo é o fio condutor das análises mais recentes para compreender como se relacionam produção e reprodução, bem como qual o nível de função, e a dimensão da necessidade da divisão sociossexual do trabalho tal como se dá no capitalismo.

Para a manutenção diária da força de trabalho, é necessário um tempo externo àquele despendido no espaço da produção (mínimo para a garantia do trabalhador vivo [salário], ultrapassado pela produção de mais-valia). O contrato por tempo, cronometrado de forma extenuante para garantir o *processo de valorização*, não permite que as atividades necessárias à manutenção do trabalhador sejam garantidas (MARX, 1985) pelo próprio sujeito que trabalha; tampouco é possível observar a coletivização de tais atividades.

2 – Família patriarcal, afetividade e servidão

A família moderna é uma família patriarcal, de monogamia feminina. Surge com o predomínio do homem na relação entre os gêneros, relacionando paternidade/maternidade e propriedade privada. Com o desenvolvimento capitalista a família tornou-se cada vez mais “nuclear”. Como afirma Engels:

“A evolução da família nos tempos pré-históricos [...] consiste numa redução constante do círculo conjugal entre os sexos, círculo que originariamente abarcava a tribo inteira. A exclusão progressiva, primeiro dos parentes próximos, depois dos parentes distantes e, por fim, até das pessoas vinculadas apenas por aliança, torna impossível na prática qualquer matrimônio por grupos; como último capítulo, não fica senão o casal, unido por vínculos ainda frágeis – essa molécula com cuja dissociação acaba o matrimônio em geral. Isso prova quão pouco tem a ver a origem da monogamia [**feminina**] com o amor sexual individual, na atual acepção da palavra.” (1975, p. 49, observação nossa entre colchetes).

Estrutura-se assim, um processo de separação cada vez maior entre a reprodução da prole e a responsabilidade pública, privatizando-a e feminizando-a sob a coerção patriarcal. Tais questões são decisivas para a constituição ideológica dos gêneros, seus estereótipos e papéis sociais.

Devedores do processo histórico de formação da atual família nuclear, os atuais estereótipos de gênero concebem que à mulher caberia a função social do cuidado (*care*), função identificada por um estereótipo construído a partir do imaginário patriarcal que reduz a mulher a uma “essência natural” que estaria contida na capacidade biológica de gestar e aleitar; desse modo, imputando um sentido biológico ao caráter social da atividade de cuidado com a prole. De modo que o espaço doméstico é concebido como uma extensão da maternidade assim compreendida – logo, do corpo e do imaginário feminino.

Não por acaso, “(...) a maternidade é (...) o que mais interfere no trabalho feminino quando os filhos são pequenos” (BRUSCHINI, 2000, p. 19). O trabalho da mulher na rua é o único efetivamente modificado pelas eventualidades do casamento, da maternidade e da posterior criação dos filhos.

A ausência de creches públicas é uma das maiores expressões dessa naturalização. Não se trata de um vácuo político, trata-se de um silêncio ideológico patriarcal. Pois o peso do trabalho de cuidado direto é lançado exclusivamente sobre a mãe, que tende a ter grandes dificuldades de manter vínculos empregatícios e de estudo, e, portanto, é mais uma vez afastada da rua, do espaço político, das possibilidades sociais de autonomia.

Em pesquisa realizada por projeto do Grupo Gênero e Emancipação Humana (PIBIC/CNPq/ICS-UFAL, 2009-2010), observou-se a rotina de mulheres esposas de trabalhadores canavieiros. Estas relataram um cotidiano regulado pelo tempo da indústria da cana, através do trabalho de cuidado para a reprodução do trabalhador e do futuro trabalhador. Vejamos a seguinte passagem:

Como é a rotina durante o corte da cana, que horas a senhora acorda, o que a senhora faz?

Eu tô acostumada assim: acordar 4h, não gosto de ficar deitada até tarde. Hoje ainda fiquei porque ontem eu tava fazendo uma arrumação, aí a gente ainda vai terminar umas coisas na cozinha... mas eu tô acostumada a acordar cedo, é a “hora dos passarinhos”. Dormir até tarde não dá pra mim fazer comida cedo, e tem também os menino que estudam de manhã, tenho que ficar pra fazer café e tudo.... Eu que puxo ele da cama, porque se for por ele só, ele não levanta não. É, eu levanto ele, eu mesma troco a roupa dele, ele deitado, boto meia, boto bota, eu comprei uma bandeja... Levo o café dele na cama... Às vezes ele diz “vou tomar banho”; aí eu digo: Então bora rápido. Puxo ele pelas pernas e ele levanta e vai tomar banho. Aí quando ele entra no banheiro, troca de roupa, eu digo: “Ói, falta pouco minuto”. Aí eu já tenho botado comida na bolsa... Aí fico na porta enquanto ele tá tomando café... Quando eu vejo o ônibus passando, aí eu digo: “O ônibus já vai passando lá em cima”. Aí ele vem sai e vai... Tem vez que eu vou até o ponto com ele. (Fonte: Trabalho na Agroindústria Canavieira de Alagoas – PIBIC-CNPq/ICS-UFAL, 2009-2010. Entrevista DM(I)M - 28, 2009-2010).

Percebemos nessa fala como o trabalho doméstico não remunerado pode ser tomado pela dimensão do trabalho de cuidado. Como afirmado em documento do IPEA (2012), o trabalho de cuidado direto parece ser o maior componente das atividades domésticas não remuneradas. Bruschini (2006) afirma que as mulheres cônjuges são as que trabalham o número mais elevado de horas em afazeres domésticos, seguidas pelas mulheres categorizadas como chefes de família, e ainda: “o cuidado com os filhos é uma das atividades que mais consomem o tempo de trabalho doméstico das mulheres” (p. 347).

O trabalho doméstico não remunerado envolve primordialmente o trabalho de cuidado direto (que diz respeito ao lidar imediato com o outro) e indireto (que se refere a tarefas ligadas ao cuidado do ambiente, por exemplo) –, sendo o trabalho de cuidado o que aparenta ser 'o maior componente das

atividades domésticas não remuneradas' (IPEA, 2012), âmbito identificado como o lugar do feminino, onde o uso do tempo social é invisível à ordem capitalista.

Assim, o trabalho doméstico não remunerado implica a dimensão do afeto devido ao grau de interpessoalidade, “realizar trabalho gratuito (de modalidades bastante diversas, como o **trabalho doméstico repetitivo**, o cuidado com as crianças (*care*), a gestão familiar da sociabilidade etc.) por afeto contribui para perpetuar a dominação masculina” (HIRATA, 2004, p. 3, grifo nosso).

O afeto relacionado ao trabalho doméstico não remunerado é uma construção histórica, que recai na verdade, em uma servidão. O contexto de onde parte a fala dessa trabalhadora é remanescente de uma vida rural em que os afazeres nos domicílios são bastante ligados às atividades econômicas, que nesse caso migraram para a venda da força de trabalho na produção da cana-de-açúcar.

As mulheres de regiões rurais costumam trabalhar, em média, 1,2 hora a mais do que as mulheres das áreas urbanas (dado de 2002, citado por BRUSCHINI, 2006, p. 344). A fala dessa trabalhadora pode nos indicar que há possibilidade de jornada de trabalho ser superior à de mulheres do espaço urbano, mas em virtude de uma lógica da agroindústria e sua especificidade no estado de Alagoas: relações de trabalho extremamente precárias, sob o domínio latifundiário dos ciclos da cana-de-açúcar; o que nos indica que a precarização geral do trabalho na contemporaneidade tem uma consequência no tempo da relação dominante/dominado, tornando mais plástica a afetividade subsumida à servidão.

Aqui podemos identificar o chamado “amor incondicional” materno estendido largamente aos tempos funcionais à produção/reprodução social do capitalismo: desde o tempo do desenvolvimento físico de uma criança até a fase adulta... ao tempo do corte da cana-de-açúcar... ao tempo de setores de toda a ordem de atividade de produção e circulação de mercadorias.

Esse trabalho não é coberto pelo salário (IASI, 2011, p. 139). O problema é “resolvido” pelo patriarcado, de modo que a mercadoria força de trabalho tem parte da composição de seu valor na atividade de reposição de sua energia. Concluimos que há uma feminização das demandas sociais da maternidade. E uma extensão dessa relação para o conjunto de demandas de cuidado na família. A falsa ideia da “capacidade feminina natural” de cuidar do outro, estende a relação para o marido, os idosos, familiares enfermos etc.

“A servidão doméstica parece assim refratária às grandes mutações da atividade feminina”, afirma Hirata (2004). A propaganda atual de uma “nova mulher”, a “mulher moderna”, “livre”, bem-sucedida profissionalmente, que se faz presente em cargos de relevância, “chefiando” famílias, é sempre conjugada à responsabilidade pelas tarefas domésticas e de cuidado com os filhos. E mesmo que não as faça, é sua responsabilidade garantir que sejam cumpridas –, além de claro, ter de manter-se bela e subserviente ao marido. Isto porque, para a ideologia patriarcal, as mulheres “nascem para ser mães”, têm um “instinto materno”. Como esclarece Magalhães (2005):

“A sociedade capitalista é a única dentro da história da humanidade que necessitou construir uma ideologia através de um discurso que precisa se negar para falar. A ideologia clássica da sociedade feudal diz que servos e senhores são desiguais por obra de Deus. Na sociedade escravista, o escravo é naturalmente escravo, ele é desigual. A sociedade capitalista apregoa a igualdade e liberdade para todos, mas mantém a desigualdade; logo, a sociedade moderna, capitalista, tem de dizer que somos iguais para manter a desigualdade.” (2005, p. 41)

Intensifica-se uma desigualdade de gênero e um conflito sobre seu processo histórico de individuação. As perdas políticas, econômicas e subjetivas são imensuráveis. É tolhido seu desenvolvimento individual, que se torna sazonal de acordo com as vicissitudes da própria reprodução

da vida restrita ao núcleo familiar (destaca-se aqui a atividade de cuidado, principalmente de crianças e idosos), ou mesmo das necessidades econômicas que as mantêm nos guetos femininos de atividade.

No Brasil, o maior desses guetos é justamente a remuneração precarizada do trabalho doméstico. Trata-se do país com o maior número de empregados domésticos no mundo, com um aumento de 41% entre 1995 e 2010, quantificados em 7,2 milhões de pessoas (OIT – Organização Internacional do Trabalho. In: BONIS, G., MARTINS, R. & VIEIRA, W., Revista Carta Capital, 2013).

Assim, de acordo com esses dados, temos uma proporção formal de que a cada seis mulheres “economicamente ativas”, uma empregada doméstica. A ampla categoria das trabalhadoras domésticas comporta vários níveis de servidão/precarização: menos de um terço do total são regulamentados – no Sudeste e no Sul do país, cerca de 33%; na região Nordeste, o número cai para mais da metade, irrisórios 12,5%. A(o)s chamada(o)s diaristas, trabalhadora(e)s de jornada parcial, representam 30% do total, segundo o IPEA (BONIS, G., MARTINS, R. & VIEIRA, W., Revista Carta Capital, 2013).

O problema da precarização encontra-se amalgamado às relações servis patriarcais, tecidas numa cultura oligárquica de herança escravista, por meio da qual a elite do país garantiu a manutenção de seu espaço privado através do trabalho não pago, outrora exercido pelas “mucamas”. Seus resquícios são ainda marcantes na sociedade brasileira, sendo majoritariamente exercido por mulheres, e destacadamente, as mulheres negras.

A ausência de aportes coletivos públicos (creches, escolas em tempo integral, lavanderias e restaurantes públicos – instalados também nos espaços de trabalho) é “solucionada” com a responsabilização das mulheres pelo cuidado com a família e seu espaço. De modo que a mulher se qualifica para o mercado e nele se insere, mas ocupa atividades de tempo parcial (trabalho informal, subcontratado, terceirizado), porque a outra parte significativa do tempo é setorizada pela terceirização gratuita de sua mão de obra nas atividades de reprodução do trabalhador e da prole. E, quando do trabalho remunerado em tempo integral, a terceirização da manutenção do espaço doméstico e/ou do cuidado será feita pela trabalhadora, contratando outra trabalhadora. Esta se inserirá no maior setor de ocupação feminina remunerada no Brasil, o emprego doméstico. Parte de um salário será destinado à formação de um novo assalariamento, que ao fim e ao cabo, rebaixa um rendimento familiar por um lado, e por outro aprofunda a segregação ocupacional feminina, que se insere no mercado através de uma “qualificação informal”, naturalizada pelo servilismo patriarcal na família. Quando não, concentram-se em profissões que representam extensões dessa mesma “qualificação informal”, e por isso auferem salários menores na lógica do valor de mercado.

Toda essa exploração é permeada pela crença de que o amor materno e a afetividade própria das mulheres superam todos os obstáculos, estabelecendo duplas mensagens que, ao mesmo tempo, convidam as mulheres ao trabalho remunerado como forma de libertação e acentuam que seu lugar fundamental é no interior do grupo parental. Esse fato explica o grande número de mulheres de classe D que afirmam preferir não ter uma ocupação fora de casa. Sem nenhum aparato de políticas públicas e sem uma divisão das atividades doméstica e com salários precários é melhor cuidar dos seus amores, servi-los como faz nossa entrevistada.

Referências

- ANTUNES, R. (2011-2012) O socialismo no século XXI: uma questão vital para a humanidade. *Novos Tempos: Revista de debate e cultura marxista*, São Paulo, n. 05/06, s./n./p.
- ANTUNES, R.. (2011) A desconstrução do trabalho e a perda dos direitos sociais. *Evocati Revista*, n. 19, julho, 2007. Recuperado em 25 de outubro de 2011, do sitio Web: http://www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tmp_codartigo=134

- ÁVILA, M. B. (2007) Notas sobre o trabalho doméstico. In: LIMA, M. E. B. et al. (Orgs.). *Transformando a relação trabalho e cidadania*. São Paulo, CUT Brasil.
- BARSTED, L. & PITANGUY, J. (org.). (2011) *O progresso das mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPI, Brasília: ONU Mulheres.
- BRUSCHINI, C. (2000) Gênero e Trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil 1985/95) In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). *Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34.
- BRUSCHINI, C. (2006) Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353.
- BRUSCHINI, C & LOMBARDI, M. (2003) Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, Margaret & HIRATA, Helena (Org.) *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- BONIS, G.; MARTINS, R.; VIEIRA, W. (2013) Os serviços do Brasil. *Revista Carta Capital*, Rio de Janeiro, n. 732, 2013.
- DATA POPULAR & SOS CORPO. (2012) *Trabalho remunerado e trabalho doméstico – uma tensão permanente*.
- DEDECA, C. S. (2004) Tempo, Trabalho e Gênero. In: COSTA, A; OLIVEIRA, E. LIMA, M. & SOARES, V. (Orgs.). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo, CUT Brasil.
- DIEESE. (2011) *Anuário das mulheres brasileiras*. São Paulo: DIEESE, 2011.
- ENGELS, F. (1975) *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2010) Síntese de indicadores sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudo & Pesquisas – Informação demográfica e socioeconômica*, n. 27, Rio de Janeiro.
- HIRATA, H. (2011) Genre, travail et care: l'état des travaux en France. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, n. 26, p. 37-56.
- HIRATA, H. (2010) Teorias e práticas do care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, N. & MORENO, R. (orgs). *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF.
- HIRATA, H. (2004) Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”? *Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher*.
- HOBSBAWN, E. (2008) *Mundos do Trabalho – Novos estudos sobre história operária*. São Paulo: Paz e Terra.
- HOBSBAWN, E. (2006) La Revolución Industrial (1780 – 1840). In: *Industria e Imperio*. Barcelona: Ariel.
- HUBERMAN, L. (1967) *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- IASI, M. (2011) Trabalho doméstico e valor. In: *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular.
- IPEA. (2012) Trabalho para o mercado e trabalho para a casa: persistentes desigualdades de gênero. *Comunicados IPEA*, n. 149, Brasília: IPEA.
- MAGALHÃES, B. (2005) Trabalho, Gênero e Educação. In: MAGALHÃES, B.; BERTOLDO, E. (org.). *Trabalho, Educação e Formação Humana*. Maceió: Edufal.
- MARX. (1985) *O Capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural.

RIZAVI, S. & SOFER, C. (1985) Trabalho doméstico e organização do tempo dos casais: uma comparação internacional. In: COSTA, A., SORJ, B., BRSCINI, C. & HIRATA, H. (org.) *Mercado de Trabalho e Gênero – Comparações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV.